

Inspira
Curso de Economia

Giulia Haddad Campos

**ABERTURA COMERCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
INTERVENÇÃO DO ESTADO É FUNDAMENTAL?**

São Paulo
2022
Giulia Haddad Campos

**ABERTURA COMERCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
INTERVENÇÃO DO ESTADO É FUNDAMENTAL?**

TCC apresentado ao programa de graduação
em Economia como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em ciências
econômicas.

Orientador: Prof. Darcio Genicolo Martins

São Paulo

2022

Resumo

Há uma enorme literatura que discute os impactos da abertura comercial para o desenvolvimento econômico dos países. Por um lado, existem argumentos com uma abordagem mais protecionista, indicando ser fundamental para proteger o desenvolvimento interno de uma nação. Por outro, argumenta-se a partir de uma abordagem liberal, que a abertura é uma forma de chegar a um nível de desenvolvimento que não seria possível sozinho. Mas, apesar de terem diferentes visões teóricas, na prática, os resultados tendem a ser verificados muito mais para os que formam o segundo grupo e mostram que a abertura comercial é extremamente importante para o desenvolvimento econômico das nações, principalmente para as nações subdesenvolvidas.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, abertura comercial.

Abstract

The impact of trade policy on economic development was always discussed by researchers, but while some of them tend to argue in favor of a socialist approach that supports a protectionist view to protect the internal development of a nation, others have an opposite view, that supports a liberal approach, which believes that the best way to achieve development is opening borders. But, despite these different theoretical views, in practice the results tend much more towards the second group and show that trade openness is extremely important for the economic development of nations, and especially for underdeveloped nations.

Keywords: economic development, trade openness.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
2. Revisão Bibliográfica	8
2.1 Diferentes estratégias governamentais diante da abertura comercial	8
2.2 Relação das trocas comerciais e crescimento econômico	13
2.3 A abertura comercial em países com diferentes níveis de desenvolvimento.....	17
2.4 Resultados da abertura comercial em diferentes países.....	21
3. Conclusões e recomendações para pesquisas futuras	30
4. Referências Bibliográficas	33

1. Introdução

Existe uma grande discussão na literatura sobre a relação entre comércio internacional e desenvolvimento econômico. Contudo, esta é permeada por visões distintas que levam a estratégias e resultados diversos para diferentes países e contextos. Ademais, é uma discussão complexa por necessitar de uma variável que seja capaz de medir e comparar resultados entre países e nações distintas e com questões exógenas que são bastante relevantes.

Assim, além de ser um tema de diversas abordagens, é de extrema importância para as sociedades por impactar não somente o bem-estar individual das nações, mas também o desenvolvimento e interações do mundo como um todo. Afinal, é impossível que um país faça trocas sozinho, e, portanto, quanto maior a rede de acessos e maior o ciclo de trocas global, maior a possibilidade de ganhos para todos. Maiores redes de trocas aumentam as possibilidades de acessos, gerando valor para indivíduos racionais que valorizam maior diversidade em suas cestas.

Contudo, os ganhos não se limitam a maiores acessos. Pelo contrário: a abertura comercial pode influenciar questões sociais como redistribuição de renda, estruturais por permitir que um país se especialize em produtos que produz com maior eficiência e econômicas de um país.

E é por ter tamanha importância que o tema atrai diversos autores e visões que foram escolhidas como referências e como parte desse trabalho. O objetivo deste trabalho, portanto, é entender e organizar a literatura associada ao estudo da relação entre abertura comercial com o desenvolvimento econômico para diferentes tipos de países e contextos sociais distintos.

Como referência inicial, a literatura de Ann Harrison e Andrés Rodríguez-Clare (2010) tem uma abordagem mais geral e defende que para uma nação se desenvolver internamente, seus governantes precisam ser ativos e traçar estratégias que permitam ao país ter uma mínima infraestrutura para atrair investimentos exteriores, analogamente, Kalim Siddiqui (2016) leva mais a fundo a importância de estratégias distintas e ativas para que a transição para uma economia aberta gere resultados positivos para um determinado país. Em seguida, Lorenzo Caliendo e Esteban Rossi-Hasberg (2015) estudam os efeitos dessas diferentes posturas dos governos em relação a abertura comercial e seus impactos para a produtividade dos países.

Uma vez que temos em mente que diferentes estratégias por parte dos governos geram resultados distintos sobre a abertura comercial podemos partir para literaturas

clássicas que dão um passo além e exploram de forma mais direcionada os resultados das relações das trocas comerciais e o crescimento econômico, sem se preocupar tanto com o papel dessas instituições. A primeira é o trabalho de Jeffrey A. Frankel e David Romer (1999) que estuda a correlação entre trocas comerciais e ganhos, a segunda é a de Alcalá e Antonio Ciccone (2004) que explora a relação entre trocas internacionais e produtividade e a terceira é a literatura de Jessa Perla, Christopher Tonetti e Michael Waugh (2015) que estuda o efeito das trocas comerciais por meio de um modelo onde firmas podem adotar novas tecnologias com maior facilidade diante da abertura comercial.

Tendo, portanto, definido diferentes estratégias, resultados distintos, e os impactos das trocas comerciais para o crescimento econômico e para a produtividade parte-se para artigos com cortes mais específicos. O de Carlos Carrasco e Edgar Tovar-García (2020) estuda os impactos da abertura comercial em países em desenvolvimento e o de Gilles Dufrenot, Valerie Mignon e Charalambos Tsangarides (2010) aplica uma regressão para investigar o impacto da abertura comercial na taxa de crescimento, enquanto a literatura de Gottfried Haberler (1959) foca na contribuição do comércio para a expansão das capacidades produtivas de países subdesenvolvidos.

Em seguida, parte-se para literaturas que apresentam resultados mais práticos e palpáveis: a primeira de Michelle Connoly e Kei-UM Yi (2015) ressalta a importância das reformas comerciais para o famoso Milagre Econômico da Coreia do Sul, a segunda de Pam Zahonogo (2017) estuda a abertura comercial em diversos países da África Subsaariana, depois seguimos explorando o continente africano com a literatura de Yaya Keho (2017) que foca na Costa do Marfim e seus altos e baixos entre 1965 e 2014 que se relacionam diretamente com a oscilação do seu nível de abertura comercial, a de Kester Eravwoke e Isreal Imide (2013) que tem como fonte de estudo o caso da Nigéria e a de Emmanuel Nketiah, Xiang cai, Mavis Adjei e Bekoe Boamah (2019) que busca evidências dos benefícios da abertura comercial em Ghana. a quarta é ainda mais direcionada e estuda o impacto da abertura comercial sobre a produtividade das plantações do Chile. Por fim, duas literaturas focam em um dos países mais característicos em relação à abertura comercial, a China. O primeiro de Nicholas Bloom e Mirko Draca (2015) busca mensurar o impacto da liberalização para o desenvolvimento tecnológico do país e a última literatura de Vera Thorstensen (2010) busca entender as consequências da atual Guerra Cambial entre China e Estados Unidos para o comércio mundial, uma

guerra que quebra um ciclo de maior abertura comercial entre os países desenvolvidos que têm marcado as últimas décadas.

Portanto, a ideia desse trabalho é organizar essas distintas literaturas contrapondo e comparando seus pontos para diferentes contextos e países para que possamos entender de forma mais clara o impacto, sejam eles positivos ou negativos, da abertura comercial em diferentes sociedades. Para finalmente entendermos se essa realmente impacta o desenvolvimento social e econômico de um país e para que seja viável enxergar e entender seus efeitos na prática, especialmente em um momento extremamente conturbado para o comércio mundial, com guerra entre Rússia e Ucrânia, pandemia do Covid-19 e Guerra Comercial entre China e Estados Unidos afetando drasticamente o comércio mundial. Para assim, encontrarmos um ponto no qual os países possam se basear para desenvolver suas políticas comerciais de forma a alcançar o maior desenvolvimento econômico e social possível.

2. Revisão da Literatura

2.1 Diferentes estratégias governamentais diante da abertura comercial

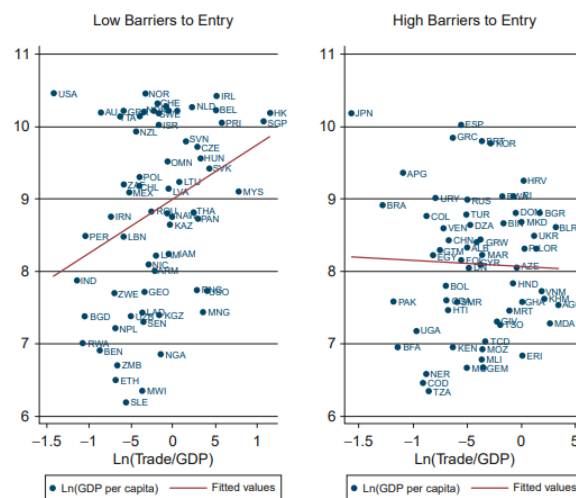
Ann Harrison e Andrés Rodríguez-Clare (2010) defendem que o crescimento de uma nação não é um evento passivo, pelo contrário, é o resultado de uma estratégia ativa de um governo que se propôs a acelerar os resultados de seu país por meio de diversas políticas que permitissem ao mesmo ter infraestrutura e conseqüentemente atrair investimentos exteriores. E isso se evidencia nos países em desenvolvimento, uma vez que quase todos eles passaram as últimas décadas abrindo suas fronteiras para o comércio internacional e para investimentos estrangeiros. Contudo, nem todos os países optam por tal estratégia, ainda hoje alguns países optam por não abrir seu comércio. Assim, os autores exploram as diferentes estratégias adotadas em relação a abertura ou não das fronteiras comerciais dos países e sua influência no crescimento deles.

Em geral, segundo Harrison e Clare (2010) países mais pobres tendem a explorar as taxas de importação a fim de torná-las uma receita adicional ao país, contudo, tais intervenções do governo impõem ao mercado externalidades que não se justificam na prática, uma vez que, para que isso ocorresse o país no mínimo precisaria ter vantagem comparativa relevante em um cenário de autarquia ou o custo de oportunidade dessa indústria no mercado internacional teria que ser maior que o custo de oportunidade desse produto no resto do mundo. Em suma, intervenções no mercado podem parecer viáveis na teoria, mas na prática levam a falhas.

Os autores, portanto, desenvolvem três cenários para avaliar a efetividade de medidas protecionistas: o primeiro analisa medidas protecionistas focadas em indústrias privadas, o segundo testa o impacto de subsídios e medidas protecionistas sobre a produtividade das indústrias e a terceira testa a conexão entre as políticas de trocas e o crescimento econômico em países específicos (Coreia do Sul e Taiwan). Assim, simulando tais cenários os autores concluem algo que permeia as teorias do comércio internacional, uma vasta possibilidade de interpretações dada a dificuldade em conduzir pesquisas empíricas uma vez que temos muitas variantes que envolvem os diferentes países e indústrias que compõem esses cenários. Contudo, eles destacam que existe a possibilidade de países desenvolvidos se beneficiarem de políticas protecionistas, contudo, esses cenários são raros e, portanto, o protecionismo quase nunca é a melhor alternativa.

Por fim, eles exploram evidências de que existe uma forte correlação entre o aumento de trocas comerciais e ganho de produtividade e crescimento econômico nos países e da influência negativa de tarifas aplicadas em bens intermediários e bens de capital sobre menor crescimento, contudo eles também discutem o fato de não existir correlação significativa entre a maior incidência de tarifas sobre bens finais e menor crescimento dos países. Em suma, a falta de associação entre tarifas e crescimento e a forte correlação entre aumento das trocas internacionais e crescimento indica que qualquer estratégia governamental sobre suas políticas de comércio afeta de alguma forma a participação do comércio internacional no PIB de um país, e, portanto, a medida tomada pelos governos é tão importante para o resultado das nações (figura 1).

Figura 1 – trocas, crescimento e tarifas de entrada



Fonte: Ann Harrison, Andrés Rodríguez-Clare (2010), Trade, Foreign Investment, and Industrial Policy for Developing Countries, Handbook of Development Economics, Vol 5: 4039-4214.

Uma vez que o artigo de Harrison e Clare apresenta e ressalta a importância de diferentes estratégias em relação a abertura comercial de um país é válido entender o impacto das estratégias dos governos diante de uma possível abertura comercial, para tanto, a literatura de Kalim Siddiqui (2016) analisa um pouco mais a fundo necessidade de uma estratégia ativa do governo para que a abertura comercial leve a resultados positivos. O autor explora lados opostos das trocas entre países, enquanto alguns autores acreditam que as trocas estão correlacionadas de forma positiva com o crescimento econômico e de forma negativa com possíveis crises globais, beneficiando países pobres e desenvolvidos, outros fomentam a ideia de que as trocas dão mais poder às instituições financeiras e restringem a capacidade dos países em desenvolvimento atingirem uma economia independente. Assim, Kalim desenvolve uma análise histórica sobre as trocas comerciais que nos leva a um ponto que separa essas visões, e leva os países a resultados diferentes dada sua abertura comercial: a postura do governo em meio a transição para uma economia aberta.

Inicialmente, Siddiqui cita uma certa insegurança dos países em desenvolvimento em adotar o liberalismo e as trocas comerciais, uma vez que os mesmos não se vêem prontos para lidar com situações mais críticas nesse regime, como crises ou falhas do mercado. Contudo, alguns resultados empíricos corroboram o sucesso dessa mudança, Malásia, Coreia do Sul, Singapura, Taiwan e China apresentaram um crescimento muito significativo após sua abertura comercial, mostrando que é sim possível lidar com as dificuldades de abrir sua economia. Mas, vale destacar que vários estudos indicam que a intervenção política nesses momentos de transição é crucial, uma vez que, é necessária uma manutenção para que os países possam se desenvolver diante de sua nova abordagem comercial, afinal, é difícil combinar uma economia aberta com políticas heterodoxas. E, portanto, os países citados conseguiram desenvolver políticas que fomentassem seu desenvolvimento ao longo sua transição, a Malásia, por exemplo, fez fortes investimentos em infraestrutura, educação, capacitação, licenças de importação, controle de taxas de exportação, subsídios e em retenção salarial, o que permitiu ao país um forte desenvolvimento da sua manufatura que provavelmente não seria possível sem a atuação ativa do governo. Em suma, Kalim defende que os países em desenvolvimento que desejam fomentar seu crescimento precisam mudar o curso de sua estratégia econômica

ao abrir suas fronteiras, deixar de se portar como um país de instabilidade financeira e dependente dos mercados estrangeiros e passar a uma postura ativa de investimentos internos.

Uma vez que abordamos a importância de um governo para que a abertura comercial possa dar resultados vale entender melhor os efeitos de uma estratégia ativa no produto de um país. Para tanto, a literatura de Lorenzo Caliendo e Esteban Rossi-Hasberg (2015) relaciona a organização comercial de um país com a sua produtividade. Inicialmente, eles explicitam de forma muito didática a relação entre produção e organização com o exemplo de uma indústria, que precisa de pessoas competentes para geri-la diante de situações problemáticas do cotidiano, de expectativas futuras e de outras tarefas mais simples. Assim, a expectativa de resultado dessa indústria irá direcionar o montante que ela vai gastar para contratar um gerente, sendo que quanto maior esse montante mais qualificado será esse funcionário, por isso não podemos esperar que uma empresa familiar tenha a mesma estrutura de produção e organização que uma multinacional, pois seus inputs e outputs diferem, e também não podemos esperar que uma empresa com uma estrutura organizacional eficiente tenha os mesmos resultados que uma empresa que é mal gerida. A relação parece clara, uma empresa com métricas bem definidas de produção e com uma boa gerência deve se guiar para resultados melhores, principalmente quando falamos de uma empresa de grande escala. Contudo, essa relação não é tão clara quando focamos nas implicações de uma maior ou menor organização para os ganhos de comércio internacional e para mudanças no ambiente econômico de um país, pelo contrário, a estrutura organizacional está ausente em praticamente todas as teorias de comércio internacional da literatura.

Para tanto, Lorenzo e Esteban exploram essa ausência com um modelo baseado em uma economia na qual a produção requer trabalho e conhecimento, formada por um mercado com produtos contínuos e diferentes e com livre desenvolvimento de produtos que implicam em custos fixos. Ademais, um design específico de um produto está ligado a um nível aleatório de demanda, e assim, a partir do momento que um empresário vê essa demanda para seu produto ele passa a organizar a sua produção visando servir o mercado local e internacional e levando em consideração que suas escolhas determinam a produtividade da sua empresa.

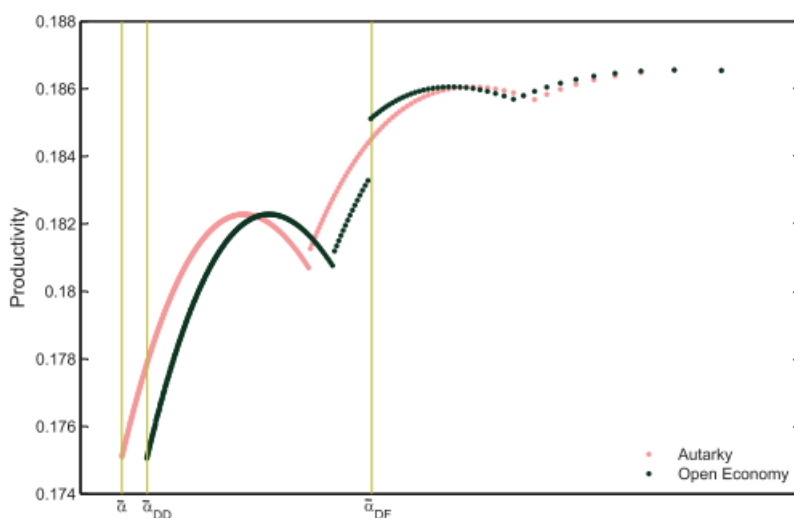
Dessa forma, levando em conta que conhecimento e trabalho custam, as firmas buscam otimizar seu sistema centralizado de conhecimento em poucas pessoas e sempre pensando em diminuir o custo marginal ao contratar um novo funcionário e não em

aumentar o custo fixo. Ademais, no modelo a única variável exógena é a demanda, uma vez que estamos considerando que as firmas podem fixar seus preços e decidir se exportam ou não seus produtos. Em suma, a teoria explora o fato de o nível de demanda direcionar a estrutura ótima da firma, e, portanto, sua produtividade.

Os autores chegam a algumas relações: i) Em equilíbrio uma população maior não afeta o limiar de entrada e nem as quantidades produzidas, mas geram um impacto positivo nos preços, nas receitas, nos salários e nos lucros operacionais das empresas; ii) Em equilíbrio, a liberação do comércio bilateral aumenta a riqueza de ambos os países envolvidos, tanto o exportador como o importador, e ainda, a quantidade produzida pelos importadores cai, enquanto a dos exportadores aumenta; iii) A abertura comercial gera uma queda pequena no número de cargos de gerência dos países exportadores, e também no número de trabalhadores do país que não exporta. Por fim, os autores calibram o modelo para a economia americana e chegam nos diversos resultados que amparam o ponto citado inicialmente entre o comércio internacional e a produção de um país.

Os resultados são relevantes, os ganhos provenientes das trocas comerciais são 40% maiores quando assimilados a mudanças organizacionais e os exportadores são entre 2% e 5% mais produtivos que os não exportadores. Ademais, os exportadores têm um aumento em todas as suas métricas de produtividade ao começar a exportar levando a conclusão que o exportador marginal sempre ganha em produtividade (Figura 2). Por fim, os autores ainda citam que em 2002 a tendência a abertura comercial levou a um aumento de 1% na produção marginal dos exportadores e de 1,8% em suas receitas, resultados que corroboram com a relação positiva entre comércio e desenvolvimento econômico.

Figura 2 – Produtividade em Autarquia e em Economia Aberta



Fonte: CALIENDO, Lorenzo; ROSSI-HANSBERG, Esteban. The impact of trade on organization and productivity. *The Quarterly Journal of Economics*, United States, v. 137, n. 2, p. 1393-1467, nov./2012

2.2 Relação das trocas comerciais e crescimento econômico

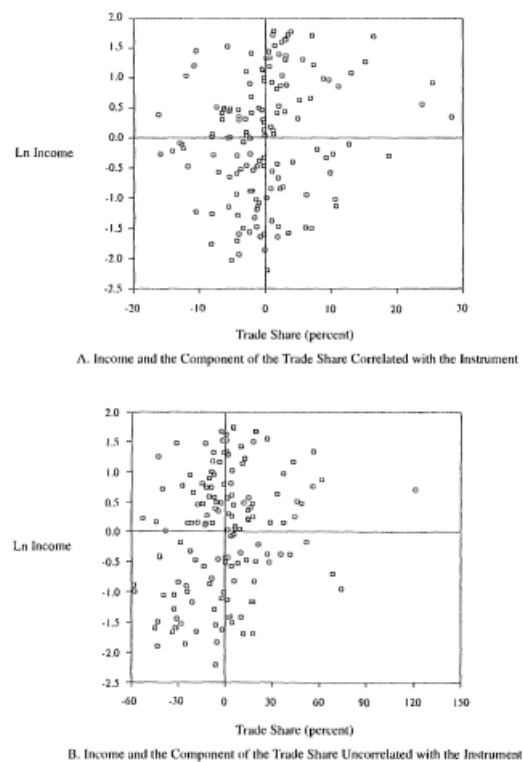
Mas, tendo discutido que diferentes estratégias, diferentes posturas políticas e diferentes escopos industriais que quando assimilados a abertura comercial levam a resultados distintos, podemos partir para duas literaturas clássicas sobre a o resultado relação entre trocas comerciais e crescimento econômico. A primeira é a literatura de Jeffrey A. Frankel e David Romer (1999) que explora a correlação entre trocas comerciais e ganhos, mas não necessariamente a causalidade.

Os autores ressaltam a dificuldade de se desenvolver um estudo empírico que seja persuasivo e que evidencie o efeito das trocas comerciais na renda, uma vez que, uma regressão simples, por exemplo, não considera que parte das trocas pode ser endógena, e, portanto, ignora o fato de que caso um país tenha um aumento em sua renda que não seja proveniente dessas maiores transações, ele deve aumentar suas relações comerciais e, conseqüentemente, realizar mais trocas. Assim, Jeffrey e David sugerem um instrumento diferente do proposto por autores anteriores e focam em um fator que é de extrema importância para as trocas comerciais: as características geográficas dos países.

Para, portanto, exemplificar a relevância desse instrumento, eles citam a Nova Zelândia e a Bélgica, e destacam que a primeira, por estar mais distante de quase todos os outros países, têm bem menos trocas comerciais que a Bélgica que está em uma localização relativamente melhor. Ademais, eles destacam que fatores geográficos não são afetados pela renda e nem pelas políticas governamentais de um país e dificilmente poderiam impactar a renda por outro meio que não a maior ou menor facilidade em realizar trocas comerciais com outros players dando maior credibilidade ao instrumento. Contudo, um ponto de atenção é colocado pelos autores, uma vez que as questões geográficas não afetam somente as trocas externas, mas também as trocas internas de um país, afinal, países mais populosos permitem mais trocas internas por prover mais opções para a sua população. E, portanto, essa relação cria uma complicação, uma vez que, existe uma correlação negativa da proximidade e do tamanho dos países em questão.

Dito isso, os autores desenvolveram uma equação que incluía somente as características geográficas dos países e não da renda ou dos parceiros de trocas comerciais permitindo uma regressão que excluía o ponto de preocupação inicial em torno da endogeneidade que até então não era tratada por outros autores. Finalmente, os autores apresentam uma estimativa que sugere de forma substancial que um aumento de um ponto percentual da proporção do comércio sobre o PIB aumenta a renda per capita de um país entre 1,5% e 2%. Ademais, eles apresentam outros resultados importantes: um aumento de 1% na área de um país aumenta sua renda em 0,1%, seguindo o que era esperado sobre a relação do tamanho de um país e suas maiores trocas internas e comprovam também que maiores distâncias tem um impacto negativo nas trocas comerciais entre países. Por fim, vale destacar que por mais que os autores citam que as estimativas em relação a magnitude desses impactos são incertas, elas ainda são robustas e evidentes conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Associação parcial entre renda e trocas comerciais



Fonte: FRANKEL, Jeffrey A.; ROMER, David. Does Trade Cause Growth?. The American Economic Review, USA, v. 89, n. 3, p. 379-399, jun./1999.

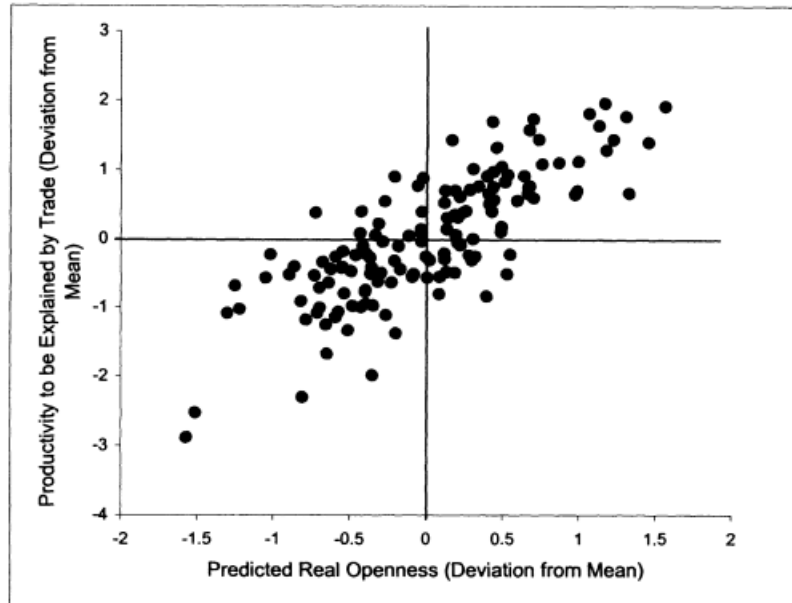
Finalmente, podemos adentrar na literatura de Francisco Alcalá e Antonio Ciccone (2004) que tem uma linha de pensamento similar a anterior ao buscar estudar o

efeito econômico e estatístico das trocas internacionais sobre a produtividade. Segundo eles grande parte dos estudos empíricos busca entender quão grande é o efeito das trocas internacionais para a produtividade de um país e para tanto usam como instrumento as importações nominais mais as exportações relativas ao PIB de um país, o que segundo os autores pode levar a uma perda em relação aos ganhos de produtividade resultantes de maiores trocas comerciais. Uma vez que, não necessariamente, um país que tenha ganhos de produtividade em decorrência de maiores trocas comerciais irá ampliar sua abertura comercial, até porque muitas vezes os ganhos de produtividade na manufatura podem levar a um aumento dos custos de serviços levando esse país a diminuir sua abertura comercial e não aumentar.

Dito isso, os autores usam como proxy de sua análise a abertura real da economia, ou seja, importações mais exportações em relação ao PIB pareadas com o câmbio em dólar, eliminando distorções que poderiam surgir da diferença de preços de bens não transacionados em relação aos bens transacionáveis. Ademais, Francisco e Antonio usam como base pequenas economias abertas que tenham ganhos provenientes da especialização e usam como argumento chave de seu estudo que a especialização aumenta a produtividade principalmente para bens transacionáveis, mas também o preço dos bens não transacionáveis, o que pode acarretar uma diminuição da abertura comercial. Assim, eles desenvolveram um modelo que considera que todos os ganhos de produtividade acontecem em bens transacionáveis e que a demanda por bens não transacionáveis é completamente inelástica.

Finalmente, por meio de sua regressão os autores alcançam um resultado estatístico significativo e robusto sobre o efeito das trocas comerciais entre países e sua produtividade: a regressão mostra que levar um país do terceiro percentil para o valor médio aumenta a produtividade em 80%. Ademais, eles também constatam que o tamanho e a qualidade institucional dos países envolvidos nas trocas influenciam o ganho de produtividade, muito em linha com o que foi apresentado por Jeffrey e Romer (em termos de tamanho) e por Lorenzo e Esteban (em termos de qualidade institucional). Apresentando assim, uma correlação positiva e significativa entre trocas e ganhos de produtividade (Figura 4).

Figura 4 – Correlação entre a Abertura comercial Real e a produtividade



Fonte: ALCALÁ, Francisco; CICCONE, Antonio. Trade and Productivity. The Quarterly Journal of Economics, USA, v. 119, n. 2, p. 613-646, may./2004.

Mas, sabe-se que os benefícios da abertura comercial não se limitam ao aumento das trocas comerciais, outro ponto muito discutido pela literatura é sobre o equilíbrio tecnológico e sua difusão diante da abertura comercial de um país. E para tanto, vamos analisar a literatura de Jesse Perla, Christopher Tonetti e Michael Waugh (2015) que estuda como a abertura comercial afeta o crescimento econômico por meio de um modelo no qual firmas podem adotar novas tecnologias com o novo contato proveniente dessa abertura.

Os autores caracterizam a taxa de crescimento por meio de uma soma estatística da distribuição de lucros distribuídos pela empresa e apresentam a ideia de que a abertura comercial aumenta a distribuição de lucro para as empresas. Segundo eles, essa relação decorre da criação de oportunidades de vendas, dada a possibilidade de exportação e de forte necessidade de se modernizar para que seja possível concorrer com empresas do exterior, o que acelera o crescimento das empresas. Portanto, diante de uma situação de abertura comercial as firmas optam por adotar novas tecnologias que possam aumentar sua produtividade, permitindo que as mesmas sigam competitivas diante da entrada de novos players do exterior em seus mercados. Contudo, existe uma externalidade para empresas que não buscam formas de se modernizar por meio de novas tecnologias, afinal, as empresas que não conseguem aumentar sua produtividade e reduzir seus custos acabam

não conseguindo adentrar no mercado de exportação e são machucadas por perder parte da parcela do mercado interno para novos competidores.

Contudo, os autores reforçam a ideia da importância de explorar o nível de eficiência de um país antes de entender seu ganho proveniente de abertura, uma vez que os ganhos tendem a ser ainda maiores para países mais ineficientes. Mas vale destacar que países eficientes como Melitz (2003), Atkeson (2010) e Burstei (2010) tiveram resultados que corroboram com a ideia de que a abertura comercial aumenta sim a eficiência das empresas, por criar uma necessidade de as mesmas adotarem novas tecnologias para competir com empresas do exterior em vendas internas e ser mais produtivo para poder exportar seus produtos

2.3 A abertura comercial em países com diferentes níveis de desenvolvimento

Sabe-se até aqui, portanto, que por mais que tenhamos evidências de que a abertura comercial esteja positivamente correlacionada com melhora na produção, e com ganhos econômicos e tecnológicos a mesma não é um consenso para autores e para os países na prática e, portanto, alguns ainda optam por manter suas fronteiras fechadas. Sabemos também que a abertura comercial não é simples e precisa estar alinhada a esforços internos e instituições de qualidade, para que os países possam ter ganhos com sua abertura. Dito isso, é válido partir para a análise de literaturas com cortes mais específicos, como o feito por Carlos Carrasco e Edgar Tovar-García (2020) em seu artigo sobre as trocas comerciais e crescimento dos países em desenvolvimento.

Segundo o autor, nos últimos quarenta anos os países em desenvolvimento passaram a seguir a estratégia dos líderes de crescimento global, optando por abrir suas fronteiras ao comércio internacional e para o fluxo de capital global e se colocando na dinâmica da economia mundial. Contudo, nem todos os países tiveram os mesmos resultados, pelo contrário, alguns tiveram uma melhora em sua qualidade de vida, queda na pobreza e crescimento econômico forte e persistente, mas outros, como os países da América Latina tiveram taxas de crescimento baixas.

E essa heterogeneidade de resultados deixa a relação entre a abertura comercial e o crescimento econômico complexa. Carlos e Edgar, portanto, desenvolveram uma

abordagem macroeconômica para entender melhor essa relação. Segundo eles, alguns fatores são fundamentais para essa análise, a estrutura do setor exportador, a diversificação dos produtos exportados e a composição dos bens de capital que são importados que dão sinais importantes da composição do investimento de um país. Assim, considerando esses fatores os autores desenvolveram uma análise controlando os efeitos das exportações e os inputs de importação para dezenove países em desenvolvimento entre 1960-2016.

A composição das exportações é de extrema importância, uma vez que ela faz um link com a performance das exportações, com a produtividade e com o crescimento econômico. Mas o que se destaca é o resultado empírico desenvolvido pelos autores que mostra que quando as exportações são compostas por produtos manufaturados ao invés de produtos primários os efeitos no crescimento do país são maiores. Ademais, a relação entre exportações e o crescimento econômico é ainda mais forte quando para produzir esses produtos manufaturados o país precisa investir em capital humano. Outra correlação interessante é a de exportação de produtos intensivos em tecnologia, que também tem grande influência no crescimento e na produtividade desses países, afinal, a combinação entre exportação e pesquisa é extremamente positiva para o desenvolvimento. Por fim, outro ponto é relevante, a exportação de bens que requerem capital humano qualificado, por melhorar as métricas de educação do país.

Tendo definido a composição das exportações, os autores explicam o valor da diversificação, segundo eles, essa funciona por diferentes canais. O primeiro é que a diversificação ajuda a atenuar o problema constante de deterioração dos termos de troca entre países, segundo esse maior portfólio funciona com um hedge contra flutuações do preço e com a variação inesperada da demanda global, e terceiro, países que não buscam diversificar sua oferta de produtos tendem a crescer menos por investir menos em novas tecnologias e pesquisa de novos produtos. Finalmente, parte-se para a composição das importações, que indica que existe uma correlação positiva entre importação de bens de capitais e crescimento econômico, uma vez que, ao importar esses bens, um país tem acesso a tecnologias mais eficientes e preços mais baratos que levam a uma maior eficiência interna.

Assim, levando em conta a importância desses fatores Carrasco e García chegaram aos seguintes resultados: não existe um efeito significativo da diversificação e da composição das exportações sobre o crescimento econômico, contrariando diversas ideias teóricas que envolvem o assunto, contudo, a importação de bens de capitais e de bens de

alta tecnologia tem uma correlação positiva com o crescimento dos países. Mostrando que as importações têm um papel crucial no crescimento desses países em desenvolvimento, por permitir que os mesmos cresçam sua capacidade produtiva acessando máquinas e equipamentos que não tenham capacidade e eficiência para produzir internamente.

Ainda sobre o corte de países desenvolvidos, partimos para o artigo de Gilles Dufrenot, Valerie Mignon e Charalambos Tsangarides (2010) no qual os autores usam uma regressão para investigar o impacto da abertura comercial na taxa de crescimento per capita de países desenvolvidos. Para tanto, os autores inicialmente identificam variáveis robustas que podem afetar o crescimento econômico como investimento, balanço do governo, termos de trocas comerciais, inflação e o crescimento da população e as colocam no modelo como variáveis controle. A ideia é entender se existe heterogeneidade entre os parâmetros o que indicaria que o resultado da maior abertura comercial não vai ser igual para todos os países desenvolvidos.

Finalmente, os autores concluem que existem provas empíricas de heterogeneidade entre os parâmetros, e, portanto, a abertura comercial tem um impacto maior em países de baixo crescimento econômico e menor em países de baixo crescimento econômico, levando a efeitos significativamente maiores no curto e no longo prazo para esses países de menor crescimento. Ademais, os autores chegam também à conclusão de que a abertura comercial também influencia a convergência mundial, ou seja, melhorando a distribuição e colocando as menores economias mais próximas das maiores economias. Contudo, existe também uma externalidade dada a maior dependência do comércio global, criando uma possível vulnerabilidade e situações de conflitos.

Dando continuidade, parte-se agora para o artigo de Gottfried Haberler (1959) que explora os aspectos positivos e negativos do comércio internacional para o desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos. Para isso, o autor considera renda real per capita como métrica de desenvolvimento e mudanças políticas em sentido a maior liberalização ou ao protecionismo como propulsores do desenvolvimento econômico. Para tanto, ele utiliza como base a teoria do comércio internacional de Jacob Viner, James Meade, Olhin e objeções que vão contra as teorias ortodoxas.

O primeiro ponto abordado é o fato do comércio internacional e a divisão de trabalho permitirem que os países se especializem na produção de bens do qual eles detêm vantagem comparativa, ou seja, bens que têm custos mais baixos em relação a outros

países, permitindo trocas favorecedoras e assim, promovendo bem-estar econômico, elevação da renda nacional e conseqüentemente desenvolvimento econômico. Vale ressaltar que esse ponto se aplica para países desenvolvidos e subdesenvolvidos, contudo, em geral, os subdesenvolvidos são bem mais especializados, focando em alguns casos em somente uma ou duas mercadorias base. E isso aumenta o impacto da abertura comercial para esses países, uma vez que, as pessoas valorizam diversificação, que muitas vezes só é possível com a abertura comercial para os subdesenvolvidos, enquanto, países desenvolvidos como Estados Unidos e Rússia poderiam facilmente optar por abandonar o comércio internacional sem grandes impactos aos seus padrões de vida.

Levando em conta essas teorias e hipóteses, Haberler divide sua análise em dois tipos: em transformações que ocorrem independente do comércio internacional e das transformações que decorrem da política de abertura comercial. Ele enumera ainda dentro do segundo tipo quatro fontes pelas quais o comércio leva ao desenvolvimento: (1) O comércio fornece recursos que são indispensáveis para o desenvolvimento de um país, (2) o comércio possibilita troca de conhecimento e de tecnologia, (3) permite troca de capital entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e (4) assegura de forma natural a livre concorrência nas diferentes economias. Assim, juntando esses quatro benefícios chegamos ao ponto central: o comércio contribui fortemente para a expansão das capacidades produtivas dos países, e especialmente dos subdesenvolvidos.

Por fim, Haberler cita que o comércio internacional teve grande influência no desenvolvimento de países nos séculos XIX e XX, quando alguns países mesmo em fase menos desenvolvida optaram por abrir suas fronteiras em algum grau e tiveram ganhos no curto prazo e no longo prazo que lhes permitiu maior liberdade de operar suas atividades. Contudo, ele destaca que não podemos inferir que os extremos geram mais benefícios quando falamos de abertura, ou seja, não podemos assumir que uma política de abertura cem por cento liberal vai gerar ganhos mais rápidos em termos de desenvolvimento do que uma medida que abra parcialmente as fronteiras de um país, pelo contrário, segundo Gottfried, medidas marginais que limitem a troca de bens se bem pensadas podem acelerar o desenvolvimento econômico. Vale ressaltar que o autor tem uma abordagem liberal às políticas mercantis, e, por mais que ele acredite nessas intervenções, são intervenções passageiras, ou seja, periódicas, transitórias e restritas e estrategicamente pensadas para corrigir falhas desses sistemas.

2.4 Resultado da abertura comercial em diferentes países

Dando continuidade, é válido abordar questões mais palpáveis que representem o impacto da presença ou a falta da abertura comercial para as nações. Para isso, seis literaturas serão abordadas, a primeira explicita a importância das reformas comerciais para o Milagre Econômico da Coreia do Sul, a segunda o impacto da abertura comercial em diferentes países da African Subsaariana, a terceira a relação entre o PIB real e o nível de abertura do comércio da Costa do Marfim durante um período, a quarta o impacto das trocas comerciais para as plantações do Chile, a sexta os impactos da liberalização das importações Chinesas para a tecnologia das empresas da Europa. E por fim a literatura de Vera Thorstensen (2010) que apresenta o impacto da atual guerra comercial entre China e Estados Unidos no mundo.

Assim, inicialmente temos o artigo de Michelle Connolly e Kei-UM Yi (2015) que tem como objetivo analisar a relevância da abertura comercial para o desenvolvimento econômico das nações, focalizando em um dos maiores exemplos de ascensões econômicas da história mundial, a Coreia do Sul. Em 1960, quando Park Hee assumiu o poder a Coreia do Sul passou por uma transição drástica em seu âmbito político e econômico, uma vez que o novo líder tinha como seu grande objetivo ver seu país prosperar e para tanto, o mesmo acreditava que seria necessário abrir as fronteiras da Coreia para o mundo. Assim, Hee tinha como enfoque tornar a política comercial da Coreia mais liberal, para que fosse possível exportar seus produtos mesmo com um contexto com recursos naturais pouco abundantes. O líder, portanto, eliminou as tarifas sobre produtos importados e de bens de capital que fossem destinados à produção de produtos que seriam exportados e reduziu as tarifas de comércio de 40% para 13%.

Para sustentar sua análise e entender como essa transição impactou o desenvolvimento econômico da Coreia do Sul os autores utilizam uma abordagem Neoclássica do crescimento e trocas entre países e a teoria do Equilíbrio Geral, ambas amparadas ainda pelo modelo Ricardiano de comércio, o qual tem como teoria principal o fato dos agentes envolvidos nas atividades comerciais explorarem suas diferenças relativas e assim encontrarem suas vantagens comparativas a fim de obterem os melhores resultados com as trocas. Assim, os autores têm como suporte o fato de que tarifas mais baixas permitem maior eficiência, uma vez que essa possibilita que os países comercializem entre si, e, portanto, se especializem nos produtos que detêm vantagem comparativa e importem os produtos que são feitos internamente com menor eficiência,

possibilitando que seus cidadãos tenham acesso a cestas mais diversificadas e conseqüentemente tenham maior bem-estar. Dessa forma, os autores desenvolveram um modelo que compara o desempenho da Coreia com os países do G7 simulando diferentes cenários para as mudanças tarifárias, e tendo como variável resposta o PIB das regiões.

E o resultado encontrado por eles condiz com os dados reais e indicam que o plano de Park Hee deu resultado. Em 1961 a Coreia tinha o equivalente a 7% do PIB americano, já em 1995 esse valor chegou a 49%, alcançando patamares europeus. Com o aumento do comércio internacional o país cresceu 6,6% ao ano e a parcela do PIB do país decorrente de exportações passou de 2% para 30%, além disso a exportação de manufatura que era de 35,2% em 1960 bateu 96,9% em 1995. Dados que deixam claro, o que se chama Milagre Econômico, uma transição drástica que só foi viável segundo aos autores graças às mudanças impostas pelo novo mandato de Park Hee e que mostram a importância da abertura comercial para o desenvolvimento econômico.

Contudo, nem sempre essas transições ocorrem de forma voluntária, e sim por pressões ou estímulos das organizações financeiras mundiais. Nesse sentido, é válido citar o artigo de Pam Zahonogo (2017) que estuda a transição da África Subsaariana para uma economia aberta ao comércio internacional. Segundo o autor, nas últimas três décadas diversos países adotaram a liberação de seu comércio para enfrentar a limitação imposta pela estratégia de crescimento baseada em substituição das importações e pela pressão do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial que muitas vezes condicionam seu suporte à abertura comercial de um país. Entretanto, por mais que essas organizações fomentem a abertura, o autor menciona que a relação entre abertura comercial e crescimento ainda é controversa e leva a resultados distintos em contextos e países diferentes. Nesse sentido, Pam desenvolveu um estudo que relaciona a abertura comercial e o crescimento para países mais ou menos abertos da África Subsaariana.

O autor ainda ressalta um ponto de atenção na análise desses países em desenvolvimento, que é o fato de o crescimento esperado diante de uma abertura comercial ser prejudicado pela falta de investimento em capital humano e pela ausência de um sistema financeiro robusto que fomente investimentos em inovação e tecnologia. Finalmente, Zahonogo analisa os dados de quarenta e dois países da África Subsaariana entre 1980 e 2012, e chega aos seguintes resultados: a abertura do comércio permite que esses países tenham acesso a bens intermediários e investimentos que são vitais para seu desenvolvimento, contudo, esses precisam controlar sua importação de bens de consumo a fim de criar um ambiente propício a uma produção doméstica eficiente e detentora de

vantagem comparativa. Ademais, o resultado indica que a abertura comercial desses países da África está associada ao seu crescimento, mas não de forma linear, o que explicita o fato de termos resultados diferentes para contextos e países diferentes. Os países que detinham melhores sistemas financeiros, por exemplo, apresentaram uma melhor relação de crescimento, o que faz sentido, uma vez que o maior acesso a crédito permite que os exportadores invistam em sua infraestrutura tornando sua produção mais eficiente a fim de obter uma vantagem comparativa no mercado global. Por outro lado, o maior acesso a crédito para os importadores tem uma relação negativa com crescimento, e por esse motivo, o autor cita a importância de o país controlar suas importações de bens de capitais. Por fim, temos uma correlação positiva entre investimento capital humano e crescimento proveniente da abertura.

Em suma, Pam conclui que a abertura comercial pode ser favorável para países em desenvolvimento, uma vez que esse tenha um contexto institucional eficiente, afinal se o contexto do país não suportar o surgimento de novas empresas, o investimento em capital humano e infraestrutura sua economia não alcançará o crescimento esperado. Reforçando a ideia que existe sim uma relação entre a abertura comercial e o crescimento econômico, contudo, ela não é linear, e, portanto, essa transição para a liberalização do comércio precisa ser suportada por um governo ativo em linha com o que foi citado no artigo de Ann Harrison e Andrés Rodríguez-Clare (2010) e de Kalim Siddiqui (2016).

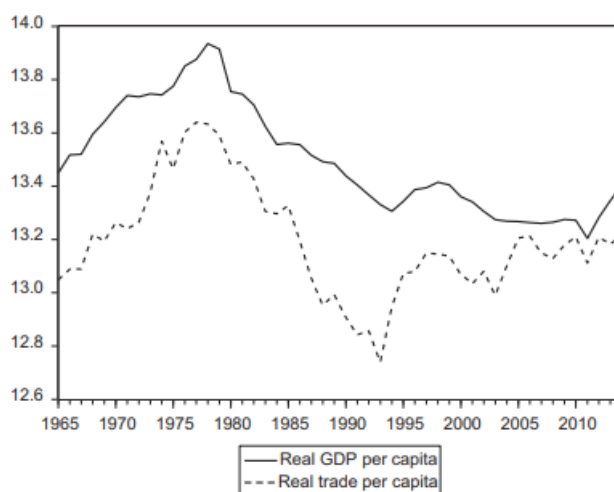
Dando continuidade, podemos aprofundar nossa literatura em relação a África do Sul com o artigo da Yaya Keho (2017) que estuda especificamente a transição da Costa do Marfim para um país aberto a trocas comerciais. Segundo a autora é de se esperar que países com maior abertura comercial tenham melhor desempenho que países com menor abertura, dado que essa permite acesso a bens e serviços mais diversos e que o país aloque sua produção em suas indústrias mais eficientes, estimulando o investimento em tecnologia e conhecimento.

A Costa do Marfim teve um desempenho econômico relevante entre 1960 e 1979, crescendo 6.5% e tendo 70.2% do seu PIB composto por trocas comerciais. Contudo, nos anos 1980, o país passou a sofrer e apresentar crescimento negativo. A situação seguiu complicada até 2011, quando o país voltou a apresentar sinais de recuperação que estavam diretamente ligados com a reconstrução do capital e dos investimentos em infraestrutura no país. Assim, entre 2012 e 2014, o país voltou a crescer, atingindo um PIB de 9% e tendo 87% do mesmo composto pelas trocas comerciais. Dito isso, Yaya desenvolveu um

teste de hipótese para testar se a abertura comercial estimulou essa virada de chave no crescimento do país a partir de 2011.

Keko comparou, assim, fatores da abertura comercial com o resultado econômico em momentos chave do período citado acima. Inicialmente, a autora observou que parece existir uma relação entre o nível da abertura comercial e o PIB real do país. Até 1980 pode-se observar que tanto a abertura comercial quanto o PIB cresciam, contudo, com a crise ambos passaram a declinar. Ademais, em 1994, um dos piores anos em termos do PIB também tínhamos o menor nível de abertura comercial do país (Figura 3).

Figura 5: PIB Real e abertura comercial ao longo do tempo (1965-2014)



Fonte: Yaya Keho | Miao Grace Wang (Reviewing Editor) (2017) The impact of trade openness on economic growth: The case of Cote d'Ivoire, Cogent Economics & Finance, 5:1, DOI: 10.1080/23322039.2017.1332820

Keho, ainda, roda uma regressão em seu artigo, e os resultados seguem o que era esperado. Um aumento de 1% no capital do país leva a um aumento de 0.3% no PIB real, e um aumento de 1% na abertura comercial da Costa do Marfim aumenta em 0,15% o seu PIB real (Tabela1). Resultados que corroboram que o comércio internacional teve um papel importante no crescimento econômico da Costa do Marfim.

Tabela 1: Regressão para indicadores de longo prazo

Table 4. Long run estimates

Regressor	Dependent variable: Log(GDP)					
	ARDL		FMOLS		DOLS	
	Coefficient	t-stat.	Coefficient	t-stat.	Coefficient	t-stat.
Capital (K)	0.308*	4.481	0.301*	5.527	0.289*	4.845
Labor (L)	-0.190*	-4.990	-0.166*	-5.993	-0.173*	-6.051
Trade (OP)	0.155**	1.775	0.350*	5.670	0.394*	5.728
Constant	10.20*	9.842	7.343*	6.027	7.033*	5.553

*Statistical significance at the 5% levels.

**Statistical significance at the 10% levels.

Fonte: Yaya Keho | Miao Grace Wang (Reviewing Editor) (2017) The impact of trade openness on economic growth: The case of Cote d'Ivoire, *Cogent Economics & Finance*, 5:1, DOI: 10.1080/23322039.2017.1332820

Uma vez que vimos os resultados positivos da abertura comercial para a Costa do Marfim podemos olhar outros países da África e seus resultados após sua abertura. Partimos então para a literatura de Kester Eravwoke e Isreal Imide (2013) que coloca as trocas comerciais como uma engrenagem para o crescimento de países desenvolvidos como a Nigéria. Os autores explicitam o fato de a literatura indicar que países mais abertos para trocas comerciais tendem a ter taxas de crescimento per-capita maiores do que países que não realizam trocas comerciais ou que tem suas fronteiras fechadas. Para tanto, Kester e Isreal usam o caso da Nigéria para comprovar suas hipóteses por meio de uma regressão. Dito isso, os autores chegam à conclusão de que as exportações são significantes para as trocas internacionais e, portanto, os governos devem sim considerar abrir suas fronteiras para ter uma melhora econômica em seu país. Contudo, a análise não se limita a abertura comercial, mas ao câmbio, e a conclusão é que essa é uma ferramenta importantíssima quando o assunto é crescimento econômico e é uma engrenagem que também deve ser monitorada pelos governantes que desejam desenvolver seu país.

Além do exemplo da Nigéria é válido olharmos também o estudo de Emmanuel Nketiah, Xiang cai, Mavis Adjei e Bekoe Boamah (2019) que busca entender a relação do investimento estrangeiro, abertura comercial e crescimento econômico em Ghana depois da abertura comercial instaurada no país. Para tanto, os autores coletaram os dados do país entre 1975 e 2017 e rodaram uma regressão que tinha como proxies investimento direto, inflação, abertura comercial e como variável dependente o crescimento anual do PIB no país. Os resultados, portanto, levam os autores a recomendarem maior abertura

comercial a fim de promover uma maior entrada de capitais e invariavelmente um contexto interno melhor para a criação de novos empregos para Ghana, uma vez que os esforços nesse sentido levaram a resultados positivos para o país em termo de desenvolvimento e crescimento.

Vimos até então exemplos práticos do impacto da abertura comercial em países como Coreia do Sul, da África Subsaariana e da Costa do Marfim, e agora partimos para um corte mais específico, para uma literatura que vai explorar o impacto da liberalização comercial para as plantações chilenas. Para tanto, Nina Pavcbik (2002) desenvolveu um estudo empírico que busca entender os efeitos da abertura comercial na produtividade das plantações do Chile que teve sua liberalização comercial decretada entre 1970 e 1980. Nina reforça a escolha do Chile como base para sua análise ao citar que o país implementou um programa de liberalização que eliminou praticamente todas as tarifas de trocas em um período que coincidiu com uma saída em massa das plantações chilenas do país.

Portanto, Nina formulou uma função de produção que pudesse estimar a produtividade das plantações e identificou por meio de uma regressão o impacto das maiores trocas comerciais na produtividade dessas plantações. Ademais, usando uma análise em painel a autora encontrou evidências de que parte da melhora na produção podem ser atribuídas a abertura comercial do país. Dessa forma, Nina consegue identificar qual parte da melhora na produção resulta da liberação comercial e qual resulta de outras fontes. Finalmente os resultados indicam que a abertura comercial melhora a produtividade das plantações e que os produtores de bens transacionáveis, que passaram a deter maior competição de importados e a possibilidade de exportar, tiveram uma melhora em sua produtividade que foi entre 3 e 10% maior que a melhora dos produtores responsáveis pela plantação de bens não transacionáveis. Ainda, a autora coloca que a produção agregada de produtos orientados para exportação cresceu entre 25.4% e 31.9% no período analisado, enquanto a produção de produtos não transacionáveis cresceu somente 6%. Por fim, o setor manufatureiro do Chile passou a crescer 2.8% por ano após a liberalização comercial dando significado e importância a essa mudança política no país.

Agora, partimos para uma literatura que aborda os impactos da abertura comercial em um dos países mais representativos quando falamos desse assunto, a China, que teve um

aumento gigante em suas exportações nas últimas décadas, mesmo durante a Grande Recessão (2007-2009) período no qual as suas exportações tiveram um teve um aumento anual de 15%. Assim, Nicholas Bloom e Mirko Draca (2015) defendem que o aumento das trocas comerciais na China induziu mudanças mais rápidas tanto em inovação quanto em tecnologias países que exportavam produtos chineses, contribuindo para o crescimento da capacidade produtiva dos mesmos.

Para tanto, os autores relatam que uma das dificuldades de seu estudo é a presença de variáveis que não são observáveis em torno dos choques tecnológicos, e para excluir essa endogeneidade do problema os mesmos usam como instrumento para sua análise em painel 20 países europeus e setores considerados de baixa tecnologia, mas responsáveis por mais de trinta mil patentes entre 2000 e 2007. Finalmente Nicholas e Mirko apresentam dois grandes resultados: o aumento da competição proveniente das importações dos produtos chineses aumenta a inovação nas empresas europeias que sobrevivem, uma vez que, para enfrentar a concorrência proveniente da abertura comercial as empresas locais precisam se reinventar, e, portanto, elas criam mais patentes, aumentam seus investimentos em TI e conseqüentemente melhoram sua produtividade. As empresas também investem na habilidade de seus funcionários, buscam formar times melhores e reduzem seus preços levando a uma queda na rentabilidade do curto prazo, mas um possível retorno no longo prazo. O segundo resultado está focado nas empresas que empresas que não investem em tecnologia, as empresas low-tech, que dificilmente conseguem sobreviver diante da abertura comercial e da nova possibilidade de importação, uma vez que as mesmas não conseguem melhorar sua produção e sua eficiência e, portanto, não conseguem diminuir seus custos de forma a ter uma margem viável contra os preços dos importados, o que levaria em geral a morte dessas empresas e desemprego para seus funcionários.

Assim, unindo esses dois grandes resultados, os autores ressaltam que no agregado a tecnologia no país aumenta, e as empresas mais eficientes sobrevivem e se tornam melhores. Os autores ainda destacam que os resultados são robustos e mostram que cerca de 14% das mudanças tecnológicas que ocorreram na Europa entre 2000 e 2007 decorreram da concorrência dos produtos chineses, levando a um ganho de bem-estar proveniente da maior eficiência técnica das indústrias.

Finalmente, precisamos entender outros fatores que podem influenciar a escolha de abrir ou não suas fronteiras, uma vez que, para que a abertura comercial seja viável, os países precisam estar alinhados e dispostos a quebrar suas barreiras comerciais. E para tanto, diversos acordos foram traçados a fim de desenvolver o sistema internacional de comércio, o GATT, por exemplo, foi assinado em 1947 por 23 países que decidiram que juntos poderiam chegar mais rápido a um nível de desenvolvimento econômico. Contudo, nesse meio tempo vários contratempos surgiram, na década de setenta tivemos umas das mais graves crises financeiras que abalou o comércio internacional, mas que foi contornada com a adoção do câmbio flutuante, já na década de oitenta a nova crise foi resolvida com um acordo entre as maiores potências mundiais. Contudo, a maior crise financeira mundial estourou em 2008, quando diversos países decidiram intervir no mercado cambial e iniciaram assim uma das maiores guerras cambiais. Contudo, esse não foi o último episódio de uma guerra cambial no mundo, e, portanto, Vera Thorstensen (2010) aborda em seu artigo a atual guerra cambial entre China e Estados Unidos e dá o nome de “China e EUA – de Guerras cambiais a Guerras comerciais”.

Vera inicia sua análise deixando claro que quando potências começam um confronto cambial em um mundo com taxas flutuantes, as consequências não se limitam a esses agentes, mas geram impactos no mundo todo. Portanto, quando a China (líder de exportações mundiais) optou por manter sua moeda desvalorizada em relação ao dólar, a fim de ter superávits em sua balança comercial e acumular reservas, o Estado Unidos (tendo o dólar como base do comércio mundial) quando passou a enfrentar um déficit em sua balança reagiu, e decidiu desvalorizar sua moeda, contudo, esse movimento não era voltado a China e sim ao mundo todo. E assim, passamos de uma guerra cambial para uma guerra comercial que passaria a causar danos em todos os parceiros comerciais de China e Estados Unidos.

A autora, assim, defende sua teoria sobre a desvalorização cambial chinesa ter sido pensada e mostra que o país passou de sétimo lugar na classificação da OMC para o maior exportador mundial em apenas 10 anos, e que a moeda chinesa teria nesse tempo desvalorizado algo em torno de 10% a 40% em relação ao dólar. Posteriormente ela explicita a transição de uma guerra cambial para uma guerra comercial: é uma relação clara, um câmbio mais desvalorizado favorece as exportações, criando estímulos e subsídios aos exportadores, enquanto desfavorece as importações, criando barreiras tarifárias às mesmas. O problema é que os mecanismos (GATT/OMC) não são eficazes contra a estratégia chinesa, e o FMI não deixa claro o que seria manipulação das taxas de

câmbio, e assim, ficamos em um vácuo que não prevê solução ao problema. Em 2010 uma rodada de conversas tentou chegar a um consenso sobre o assunto, e o FMI reconheceu a desvalorização da moeda chinesa, contudo, a declaração não tem nenhuma consequência jurídica, somente tem poder de exercer uma pressão política que vai de frente a reação do governo chinês, que nega as afirmações. Diversos autores estudam e colocam em números a desvalorização chinesa, mas Fred Bergsten fala que a China já desvalorizou seu câmbio entre 25% e 40% (Bergsten, 2010).

Assim, vários autores defendem que a questão seja tratada e levada à OMC, contudo existe uma questão política que atrapalha, uma vez que, um dos membros da OMC se recusa a solucionar e discutir o assunto. Contudo, diversas alternativas são possíveis, mas o que realmente importa é que a China tem causado por meio de suas estratégias efeitos adversos a outros players do mercado, causando danos às indústrias locais, concessões tarifárias e sérios prejuízos ao mercado global.

Por fim, para que essas consequências fiquem mais palpáveis, Vera cita o Brasil como exemplo no meio dessa guerra. Entre 2000 e 2009 as exportações do Brasil para a China cresceram 19,1 bilhões de dólares e as importações passaram de 1,2 bilhão para 15,9 bilhões de dólares. Números expressivos mostram o impacto das medidas chinesas e deixam claro que o Brasil e outros países precisam se defender das medidas tomadas pela China para levar vantagem no comércio internacional. Vale destacar que a China tem colocado medidas técnicas que não estão de acordo com as regras multilaterais da OMC e que 35% dos casos de antidumping que envolvem o Brasil são com a China.

Diante desse cenário, o Brasil já utilizou o chamado salvaguardas contra a China, que prevê um aumento de tarifas ou de quotas caso as importações estejam causando prejuízos à indústria doméstica. Mas, no caso brasileiro o que mais preocupa é o câmbio, pois atualmente o câmbio chinês está mais desvalorizado em relação ao dólar do que o real, levando a um alto diferencial de câmbio, que já chega a 40% e que preocupa, afinal, nesse cenário as exportações do Brasil perdem competitividade em relação a outros players do mercado.

Em suma, segundo a autora estamos em um momento de desequilíbrio que pode gerar uma perda de mercado em grandes proporções para alguns players e forte desindustrialização para o mercado Chinês, levando a desemprego no país. E caso esses assuntos não tenham uma solução rápida essa guerra cambial pode rapidamente virar uma guerra comercial que vai gerar consequências drásticas para o comércio mundial.

3. Conclusão e recomendações para pesquisas futuras

Como citado inicialmente existem muitas visões e abordagens que exploram a influência do comércio internacional sobre uma nação, seja pela possível melhora do bem-estar de seus cidadãos, da maior interação dessa com o mundo, do crescimento econômico, de uma maior produtividade, pelo desenvolvimento e absorção de novas tecnologias ou pela maior eficiência resultante de uma possível especialização. Contudo, dentro dessas diversas visões sobre o assunto existem autores que acreditam que a abertura comercial não traz os diversos benefícios já citados, pelo contrário, a abertura comercial para alguns deles seria maléfica e não benéfica aos países que a adotam.

Dito isso, a literatura foi organizada para que o leitor possa ver evidências do que acontece diante de uma abertura comercial em diferentes contextos e cenários e por meio de casos reais e palpáveis. Portanto, vale finalmente fazer uma breve discussão sobre a literatura utilizada ao longo desse trabalho. Vimos que a abertura comercial tem sim uma relação com o desenvolvimento econômico, mas essa está diante de algumas condições e controvérsias apresentadas.

Inicialmente a literatura de Ann Harrison e Andrés Rodríguez- Clare (2010) coloca em pauta uma das condições para que a abertura comercial leve a resultados positivos a seu país. Mostrando evidências de que a estratégia do governo em torno da abertura comercial é definitiva para o resultado da mesma, uma vez que, se o mesmo resolver intervir demais no mercado por meio de medidas protecionistas para ter, por exemplo, benefícios com as tarifas comerciais, ele pode levar a falhas no mercado que vão contra aos princípios de uma real abertura comercial. Em suma, eles concluem por meio de diversos testes que qualquer estratégia governamental sobre políticas comerciais afeta a participação do comércio internacional no PIB do país que opta por abrir suas fronteiras, e, portanto, a abordagem do governo é de extrema importância para o resultado da abertura comercial das nações. Ademais, vimos de forma análoga a visão de Kalim Siddiqui (2016) que reforça a necessidade de uma forte estratégia de investimentos por parte do governo para que a abertura comercial de resultados para seu país, uma vez que, segundo o autor os países que desejam fomentar crescimento precisam mudar o curso da sua estratégia econômica ao abrir suas fronteiras e adotar medidas heterodoxas que fomentem o desenvolvimento econômico no país.

Uma vez que, entendemos a importância da estratégia governamental partimos, portanto, para outros fatores estratégicos que também são fortes condicionantes para o

resultado positivo da abertura comercial, Lorenzo Caliendo e Esteban Rossi-Hasberg (2015) concluem que os ganhos provenientes de maiores trocas comerciais possibilitadas pela abertura das fronteiras são 40% maiores quando assimilados a mudanças organizacionais e os exportadores são entre 2% e 5% mais produtivos que os não exportadores, aumentando em cerca de 1% a produção marginal desses. Mas aqui temos como fator condicionante gerentes e governantes competentes, para que as empresas e o governam possam criar um ambiente que fomente esse desenvolvimento.

Seguindo, outro ponto merece atenção: a dificuldade de desenvolver um estudo empírico que seja persuasivo e traga evidências em torno dos efeitos das maiores trocas comerciais na renda. Contudo, Jeffrey A. Frankel e David Romer (1999) desenvolvem um modelo que usa como base um instrumento diferente de autores anteriores e coloca pela primeira vez as características geográficas de um país na análise e chegam a uma estimativa que sugere o aumento nas trocas comerciais tem sim causalidade com o PIB de um país. Analogamente, Francisco Alcalá e Antonio Ciccone (2004) também dão um passo importante na literatura uma vez que até seu trabalho os autores usavam como instrumento de análise importações nominais que levavam a perdas em torno dos ganhos de produtividade resultante de maiores trocas. Os autores, portanto, introduzem na literatura a análise com base importações reais e chegam a um resultado robusto e significativo de que as trocas comerciais podem aumentar produtividade em até 80% ao levar um país do terceiro percentil para o valor médio de trocas.

Mas, como falamos no começo o benefício da abertura comercial tem diversas frentes e uma das mais abordadas nas literaturas é a frente tecnológica. Abordamos esse ponto por meio da literatura de Jesse Perla, Christopher Tonetti e Michael Waugh (2015), que coloca em questionamento o fato de a abertura comercial aumentar a concorrência, e colocar em pauta a necessidade de as empresas aumentarem sua produtividade para conseguir sobreviver, o que fica condicionado a adoção de novas tecnologias, o que invariavelmente traz benefícios para a cadeia produtiva da indústria do país. Contudo, vale destacar que a maior concorrência traz também externalidades, principalmente as firmas que não se adaptarem ao novo contexto, deixando vivas somente aquelas que forem mais eficientes.

Outro ponto colocado como condicionante para os benefícios ou não da abertura comercial é o nível de desenvolvimento do país, e, portanto, literaturas mostrando benefícios da abertura para países subdesenvolvidos, em desenvolvimento e para países desenvolvidos. A de Carlos Carrasco e Edgar Tovar-García (2020) colocam as

importações proveniente da abertura comercial como primordiais para o desenvolvimento de países em desenvolvimento por permitir que os mesmos cresçam sua capacidade produtiva e sua eficiência. Analogamente a literatura de Dufrenot, Valerie Mignon e Charalambos Tsangarides (2010) reforça a ideia de que a abertura comercial influencia a convergência mundial colocando menos economia mais perto das maiores, mas destacam que os resultados da abertura não é o mesmo para todos os países desenvolvidos, pelo contrário, como já citado, os resultados sempre dependem de questões estratégicas do país. Partimos, portanto, para a análise em países subdesenvolvidos, que talvez sejam até mais importantes, por serem os maiores alvos dos autores que discordam da relação positiva entre abertura comercial e crescimento econômico. Nesse sentido, Gottfried Haberler (1959) coloca que o comércio internacional teve uma enorme influência no desenvolvimento desses países subdesenvolvidos entre o século XIX e XX.

Tendo, portanto, construído todo contexto e ideias que permeiam a literatura diversos casos reais e seus resultados foram analisados, o milagre econômico da Coreia do Sul, a abertura comercial em diversos países da África e seus benefícios, os ganhos da abertura comercial no Chile, os impactos negativos da guerra comercial entre China e Estados Unidos e diversos outros exemplos de países que se beneficiaram de sua abertura comercial. Nos levando a conclusão de que tanto na teoria dessas literaturas como na prática, a abertura comercial está fortemente relacionada a com o desenvolvimento econômico. Contudo, a incidência dessa relação esta atrelada com diversos fatores, e portanto, a abertura comercial por si só não gera necessariamente desenvolvimento econômico. Afinal, caso essa seja feita de forma isolada pode inclusive gerar efeitos negativos, e, portanto, fatores como estratégia de governo, políticas internas e externas, nível de investimento são assuntos primordiais para a discussão. Vale destacar também que como qualquer mudança econômica e política, a abertura comercial gera externalidades negativas, mas que no agregado são que compensadas pelas positivas considerando que as estratégias e políticas tem um perfil heterodoxo que permitam os ganhos já citados.

Finalmente, vale destacar também que várias controvérsias existem em torno das literaturas apresentadas, não obstante que citamos no início que esse é um tema que envolve diversas discussões, e por isso acredito que para que a discussão continue o próximo passo seria refutar essas literaturas que contrariam a relação, achando padrões que expliquem casos nos quais a abertura comercial não trouxe necessariamente uma relação positiva, tentando entender outras variáveis que possam indiretamente ter

influenciado esse resultado, como estratégia política, ausência de investimentos e até questões geográficas citadas ao longo de nossas análises.

4. Referências Bibliográficas

Ann Harrison, Andrés Rodríguez-Clare (2010), Trade, Foreign Investment, and Industrial Policy for Developing Countries, **Handbook of Development Economics**, Vol 5: 4039-4214.

HABERLER, Gottfried. Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 2, p. 9-52, abr./1959. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1846/71321>. Acesso em: 7 abr. 2022.

CONNOLLY, Michelle; YI, Kei-mu. How Much of South Korea's Growth Miracle Can Be Explained by Trade Policy?. **American Economic Journal: Macroeconomics**, USA, v. 7, n. 4, p. 188-221, out./2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1257/mac.20120197>. Acesso em: 26 mar. 2022.

Bergsten, F., 2010, Correcting the Chinese exchange rate: an action plan, US – Sino Currency Dispute: **new insights from Economics, Policy and Law**, edited by Simon Evenett, Vox EU Publication, April 2010.

CALIENDO, Lorenzo; ROSSI-HANSBERG, Esteban. The impact of trade on organization and productivity. **The Quarterly Journal of Economics**, United States, v. 137, n. 2, p. 1393-1467, nov./2012. Disponível em: <https://www.princeton.edu/~erossi/ITOP.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2022.

SIDDIQUI, Kalim. INTERNATIONAL TRADE, WTO AND ECONOMIC DEVELOPMENT. **World Review of Political Economy**, London, v. 7, n. 4, p. 424-450, nov./2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.13169/worlrevipoliecon.7.4.0424?seq=1>. Acesso em: 25 mai. 2022.

FRANKEL, Jeffrey A.; ROMER, David. Does Trade Cause Growth?. **The American Economic Review**, USA, v. 89, n. 3, p. 379-399, jun./1999. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/117025?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

ALCALÁ, Francisco; CICCONE, Antonio. Trade and Productivity. **The Quarterly Journal of Economics**, USA, v. 119, n. 2, p. 613-646, may./2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25098695?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

Jesse Perla & Christopher Tonetti & Michael E. Waugh, 2021. "Equilibrium Technology Diffusion, Trade, and Growth," **American Economic Review**, American Economic Association, vol. 111(1), pages 73-128, January. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w20881>. Acessado em 13 nov. 2022.

Gilles Dufrenot, Valerie Mignon, Charalambos Tsangarides. The trade-growth nexus in the developing countries: a quantile regression approach. **Review of World Economics**, Springer Verlag, 2010, 146 (4), pp.731-761. ff10.1007/s10290-010-0067-5ff. fhal-00624420f. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00624420> Acesso em: 13 nov. 2022.

ERAVWOKE, Kester Erhieyovwe; IMIDE, Isreal Onokero. International Trade as an Engine of Growth in Developing Countries: A Case Study of Nigeria . An **International Multidisciplinary Journal**, Ethiopia, v. 7, n. 3, p. 47-57, jun./2013.

Carrasco, C.A., Tovar-García, E.D. Trade and growth in developing countries: the role of export composition, import composition and export diversification. *Econ Change Restruct* 54, 919–941 (2021). <https://doi.org/10.1007/s10644-020-09291-8>

Zahonogo, P., Trade and economic growth in developing countries: Evidence from sub-Saharan Africa, **Journal of African Trade** (2017), <http://dx.doi.org/10.1016/j.joat.2017.02.001>

Yaya Keho | Miao Grace Wang (Reviewing Editor) (2017) The impact of trade openness on economic growth: The case of Cote d'Ivoire, *Cogent Economics & Finance*, 5:1, DOI: 10.1080/23322039.2017.1332820

PAVCNIK, Nina. Trade Liberalization, Exit, and Productivity Improvements:: Evidence from Chilean Plants. **The Review of Economic Studies**, USA, v. 69, n. 1, p. 245-276, jan./2002. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2695960#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 16 set. 2022.

Nketiah, E., Cai, X., Adjei, M. and Boamah, B.B. (2020) Foreign Direct Investment, Trade Openness and Economic Growth: Evidence from Ghana. **Open Journal of Business and Management**, 8, 39-55. <https://doi.org/10.4236/ojbm.2020.81003>. Acessado em 13 nov. 2022.

BLOOM, Nicholas; DRACA, Mirko; REENEN, John Van. Trade Induced Technical Change? The Impact of Chinese Imports on Innovation, IT and Productivity. **Oxford University Press**, USA, v. 89, n. 5, p. 87-117, jan./2015. Disponível em: <http://restud.oxfordjournals.org/>. Acesso em: 16 set. 2022.

THORSTENSEN, Vera Helena. CHINA E EUA – DE GUERRAS CAMBIAIS A GUERRAS COMERCIAIS. **Revista Política Externa**, São Paulo , v. 19, n. 3, p. 1-28, jan./2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10010/TD%20301%20-%20CCGI%2001%20-%20Vera%20Thorstensen.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2022.